



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SOFIA MARTINELLO VALENTE

**A UTOPIA DA SUSTENTABILIDADE E O USO IMOBILIÁRIO DO TERRITÓRIO:
UM PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL NO NOROESTE, DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA
2025

SOFIA MARTINELLO VALENTE

A Utopia da Sustentabilidade e o Uso Imobiliário do Território: *um planejamento urbano possível* no Noroeste, Distrito Federal

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a aquisição do grau de bacharel em Geografia na Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Co-orientadora: Larissa Alves de Sousa

BRASÍLIA
2025

A utopia da sustentabilidade e o uso imobiliário do território: *um planejamento urbano possível* no Noroeste, Distrito Federal

Resumo: Este artigo analisa o uso recorrente e descontextualizado do conceito de sustentabilidade no planejamento urbano, destacando sua apropriação simbólica por agentes estatais e pelo mercado imobiliário. Da mesma maneira, propõe a incorporação do olhar da Geografia como forma de integrar dimensões sociais, culturais e afetivas ao planejamento urbano, por meio de uma tríade analítica composta por imaginário, existência e cultura. A partir do estudo de caso do bairro Noroeste, no Distrito Federal, investiga-se a relação entre as demandas da população e os princípios do movimento Lixo Zero. A pesquisa revela uma crescente conscientização e mobilização social em torno da gestão de resíduos sólidos, um dos principais problemas da região, sinalizando potencial para a implementação de novas práticas de gestão de resíduos. Por fim, o artigo apresenta propostas de ação baseadas no engajamento comunitário, na educação ambiental e em parcerias intersetoriais, reforçando a importância de soluções aplicáveis e contextualizadas à realidade local.

Palavras-chave: resíduos sólidos; planejamento urbano; Lixo Zero; Setor Noroeste.

La utopía de la sustentabilidad y el uso inmobiliario del territorio: un urbanismo posible en el Noroeste, Distrito Federal

Resumen: Este artículo analiza el uso recurrente y descontextualizado del concepto de sostenibilidad en la planificación urbana, destacando su apropiación simbólica por parte de agentes estatales y del mercado inmobiliario. Asimismo, propone la incorporación de la perspectiva de la Geografía como forma de integrar las dimensiones sociales, culturales y afectivas en la planificación urbana, mediante una tríada analítica compuesta por imaginario, existencia y cultura. Con base en el estudio de caso del barrio Noroeste, en el Distrito Federal, el estudio investiga la relación entre las demandas de la población y los principios del movimiento Basura Cero. La investigación revela una creciente conciencia y movilización social en torno a la gestión de residuos sólidos, uno de los principales problemas de la región, lo que señala el potencial para la implementación de nuevas prácticas de gestión de residuos. Finalmente, el artículo presenta propuestas de acción basadas en la participación comunitaria, la educación ambiental y las alianzas intersectoriales, reforzando la importancia de soluciones aplicables y contextualizadas a la realidad local.

Palabras-clave: residuos sólidos; planificación urbana; Zero Waste; Sector Noroeste.

The utopia of sustainability and the real estate use of the territory: a possible urban planning in the Noroeste, Federal District

Abstract: This article analyzes the recurrent and decontextualized use of the concept of sustainability in urban planning, highlighting its symbolic appropriation by state agents and the real estate market. Likewise, it proposes the incorporation of the perspective of Geography as a way of integrating social, cultural and affective dimensions into urban planning, through an analytical triad composed of imaginary, existence and culture. Based on the case study of the Noroeste neighborhood, in the Federal District, the study investigates the relationship between the demands of the population and the principles of the Zero Waste movement. The research reveals a growing awareness and social mobilization around solid waste management, one of the main problems in the region, signaling potential for the implementation of new waste management practices. Finally, the article presents proposals for action based on community engagement, environmental education and intersectoral partnerships, reinforcing the importance of solutions that are applicable and contextualized to the local reality.

Keywords: solid waste; urban planning; Zero Waste; Northwest Sector..

SUMÁRIO

Introdução.....	5
1. O Setor Noroeste e o paradigma da sustentabilidade na Geografia.....	6
1.1. O Noroeste como o primeiro bairro sustentável do país.....	6
1.2. As contradições sobre meio ambiente e “desenvolvimento sustentável”.....	7
1.3. A problemática dos resíduos sólidos no bairro Noroeste.....	8
2. O movimento Lixo Zero e sua aplicação.....	9
2.1. O que é o movimento Lixo Zero?.....	9
2.2. A aplicação do projeto Lixo Zero.....	9
3. Planejamento urbano possível e usos do território: perspectiva no Noroeste.....	11
3.1. A força do mercado imobiliário e a tríade operativa para o planejamento urbano possível.....	11
3.2. Possibilidades de aplicação do Lixo Zero no Noroeste frente aos usos do território..	12
3.3. Estratégias de aplicação do movimento Lixo Zero e o território usado.....	13
Conclusão.....	14
Referências.....	15

Introdução

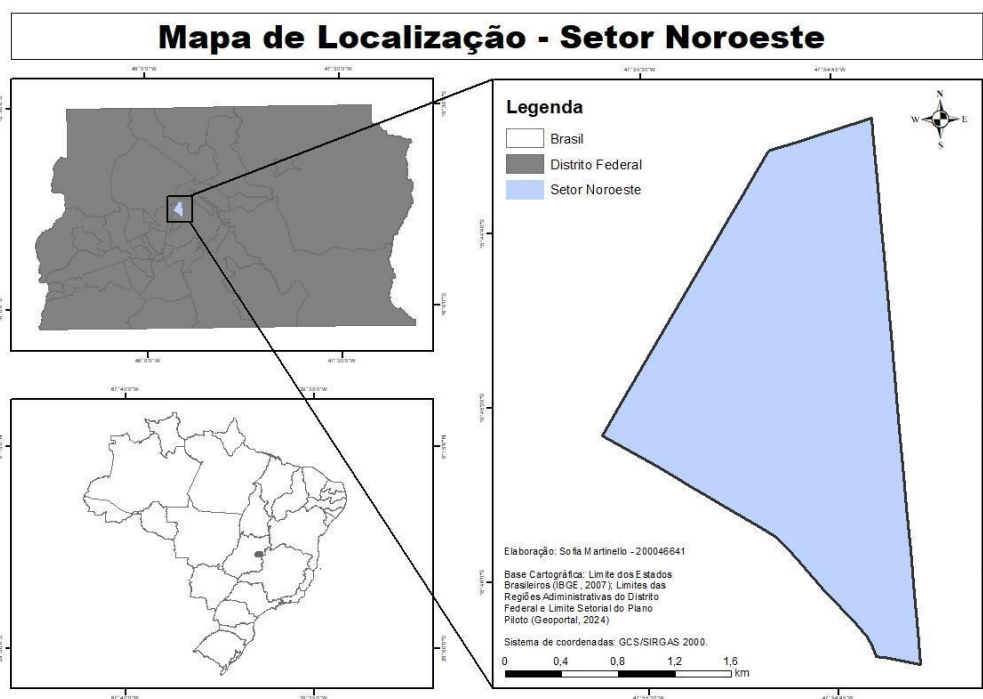
O Setor Noroeste (figura 1), em Brasília, foi idealizado como o primeiro bairro planejado no Brasil com foco na sustentabilidade ambiental. Concebido para acomodar cerca de 40 mil habitantes em residências de alto padrão, o projeto previa a construção de 20 quadras residenciais e 24 quadras comerciais. A proposta inicial estipulava a ocupação de 313 hectares dos 821 disponíveis, destinando o restante à preservação de áreas verdes. Para minimizar os impactos ambientais, o empreendimento foi planejado com a integração de tecnologias avançadas, incluindo o aproveitamento eficiente da energia solar e a captação de águas pluviais para irrigar os jardins e alimentar os lagos artificiais do Parque Burle Marx, localizado nas proximidades (Brasil e Desenvolvimento, 2011).

No que se refere à gestão de resíduos sólidos, o projeto contemplava um sistema inovador de coleta por sucção a vácuo, eliminando a necessidade de caminhões de lixo e garantindo a ausência de detritos nas vias públicas do Noroeste (Brasil e Desenvolvimento, 2011). Todavia, desde o início das obras em 2009, muitas promessas não foram aplicadas, sobretudo o processo de coleta de lixo, que hoje representa um dos principais problemas do Setor.

A divergência entre a expectativa e a realidade de um projeto como este traz à tona a discussão sobre a utopia da sustentabilidade e o uso imobiliário do território no campo acadêmico da Geografia. O território usado, entendido como a materialização das relações sociais e produtivas, reflete a forma como a sociedade se apropria do espaço para viabilizar a vida, o trabalho e as trocas imateriais (Santos, 1999). No entanto, essa apropriação ocorre dentro de um modelo de produção que historicamente opera com base na escassez e na insustentabilidade, tornando a própria ideia de sustentabilidade um desafio estrutural, já que sua implementação entra em conflito com a lógica do sistema vigente (Souza, 2009).

Destarte, observando a problemática crescente da gestão dos resíduos sólidos no Setor Noroeste em comparação a ideia inicial de sustentabilidade do bairro, resta o questionamento se ainda há tempo para contornar o impasse do “lixo” e aplicar tendências mundiais de gestão dos resíduos urbanos, como o movimento *Lixo Zero*.

Figura 1
Localização do Setor Noroeste em Brasília, DF



Fonte: elaboração própria, 2025.

Em consonância com o pensamento de Sabatini (2021), o descarte correto do lixo representa um desafio significativo para a sociedade contemporânea, especialmente em um contexto marcado pelo acelerado crescimento populacional, pelas transformações nos padrões de vida e pelo aumento na

demanda por energia e recursos naturais. Neste sentido, o presente trabalho ressalta a importância de construir uma proposta a partir do cotidiano dos sujeitos que vivem nesses lugares, que apesar de apresentar problemas e desafios relacionados ao descarte de resíduos sólidos, podem ser superados a partir de novas estratégias e novas metodologias.

Portanto, este artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica da sustentabilidade frente ao uso imobiliário do território e a viabilidade da implementação do projeto *Lixo Zero* na Região Administrativa do Noroeste, a fim de promover sua execução com base nas especificidades da realidade local à luz do *planejamento urbano possível* (Costa, 2021).

Para isso, o estudo pretende: i) elucidar a história do Noroeste segundo a narrativa mercadológica de ser o primeiro bairro “sustentável” do país e mostrar a problemática dos resíduos sólidos com base no funcionamento do programa de coleta no local; ii) explicar o conceito do movimento *Lixo Zero* e descrever os métodos de sua implementação; iii) propor estratégias para a aplicação do movimento *Lixo Zero* no Noroeste a partir dos critérios de realização do movimento na prática e na ótica do *planejamento urbano possível* (Costa, 2021).

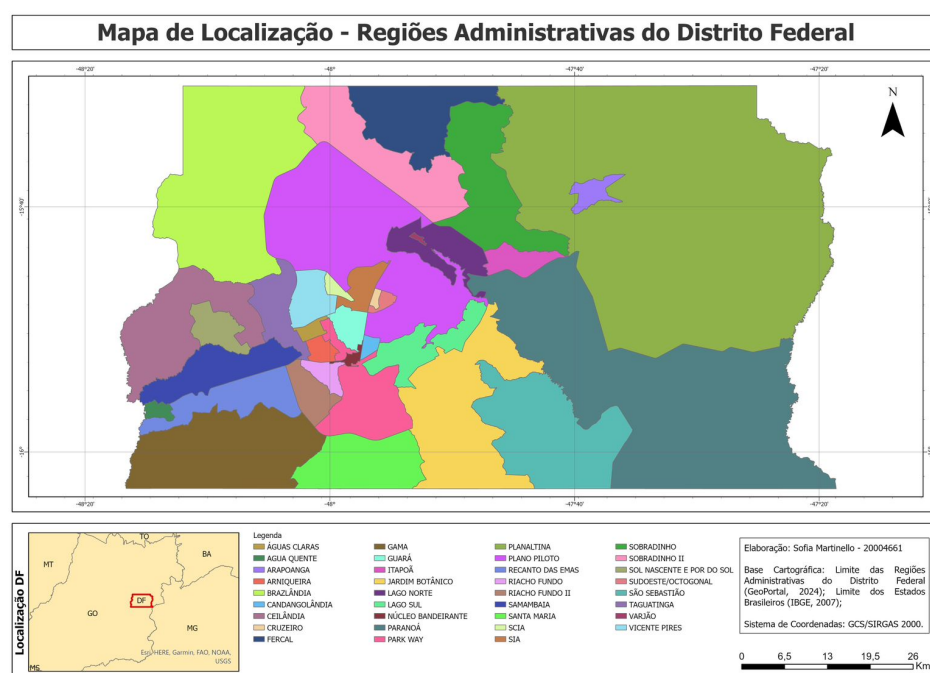
A metodologia adotada neste estudo para atingir os objetivos propostos teve como base a investigação bibliográfica e a pesquisa de campo, possibilitando a realização de entrevistas detalhadas com moradores e atores sociais envolvidos nas dinâmicas locais. Para compreender a tendência de mobilização da população, foi aplicado um questionário com dados que foram apurados no modelo quantitativo. Ademais, foram conduzidas atividades investigativas, como a observação direta, o registro fotográfico e o diagnóstico de pontos específicos do bairro. Esse processo permitiu uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada sob as perspectivas quantitativa e qualitativa.

1. O Setor Noroeste e o paradigma da sustentabilidade na Geografia

1.1. O Noroeste como o primeiro bairro sustentável do país

O Distrito Federal abrange uma área de aproximadamente 5.760 km² e, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, possui uma população residente de 2.817.381 pessoas, resultando em uma densidade demográfica de 489,06 habitantes por km² (IBGE, 2022). O crescimento populacional ocorreu tanto de maneira planejada, quanto por meio de ocupações irregulares, que deram origem a diversas regiões administrativas (RAs) no entorno. Atualmente, há 35 RAs no DF (figura 2) (Segov, 2025).

Figura 2
Regiões Administrativas do DF



Fonte: elaboração própria, 2025.

Neste estudo, o foco é o Setor Noroeste, o mais recente setor habitacional e comercial do Distrito Federal, localizado na última gleba do Plano Piloto. Projetado como o primeiro bairro ecológico do Brasil, o Setor Noroeste é uma região nobre de Brasília, com renda domiciliar estimada em mais de 19 mil reais (Codeplan, 2021), situada nas bordas da Asa Norte e cercada por áreas verdes, como o Parque Burle Marx e o Parque Nacional de Brasília. Sua concepção faz parte do Projeto Brasília Revisitada, elaborado entre 1985 e 1987 pelo urbanista Lúcio Costa (Costa, Lima e Picoli, 2013).

Desenvolvido para abrigar aproximadamente 40 mil moradores em unidades residenciais de alto padrão, o plano incluía a criação de 20 quadras para moradias e 24 destinadas ao comércio. A concepção original previa a utilização de 313 hectares dos 821 disponíveis, garantindo que o restante da área fosse preservado como espaço verde (Brasil e Desenvolvimento, 2011).

1.2. As contradições sobre meio ambiente e “desenvolvimento sustentável”

O debate acadêmico acerca das concepções de meio ambiente e desenvolvimento sustentável ainda não foi conduzido, no âmbito da Geografia, com a profundidade que tais temas demandam. De acordo com Souza (2009), os discursos relacionados à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável possuem grande relevância política, porém carecem de fundamentação na ciência geográfica. Para Acselrad (1999), a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tentar tornar objetivas diferentes representações e ideias. Conforme Scarlato e Costa (2017), em diálogo com Paul Claval, as realidades percebidas são aparência; o que conta não é visível, não é audível, normalmente não é sentido imediatamente.

No contexto acadêmico, o conceito de *meio ambiente* não se sustenta teoricamente, uma vez que a disciplina se apoia em categorias mais bem definidas, como meio natural, meio geográfico, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, todas amparadas por fundamentações teórica e empírica consistentes; o termo *meio ambiente* revela uma construção imprecisa e desprovida de rigor conceitual, configurando-se, portanto, como uma metáfora (Souza, 2009).

De maneira análoga, a noção de sustentabilidade não apresenta sustentação científica rigorosa, pois, dentro do atual modelo hegemônico de produção, sua concretização torna-se inviável (Souza, 2009). Nas ciências em geral, a *sustentabilidade* aparece como um termo que propõe a conciliação entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social, garantindo que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas sem comprometer os recursos das futuras gerações (Coutinho, 2021). Para a Organização das Nações Unidas (ONU), “atuar de forma sustentável significa cumprir responsabilidades fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Independentemente de onde atuam, as empresas responsáveis devem adotar os mesmos valores e princípios” (Coutinho, 2021, p. 504).

No entanto, esse ideal entra em contradição com a lógica do capitalismo, sistema econômico predominante no mundo, que se baseia na acumulação de capital, no crescimento contínuo e na exploração de recursos naturais e humanos para maximizar lucros (Souza, 2009). O capitalismo depende da escassez para gerar valor e ganho. Recursos naturais finitos são extraídos e comercializados, muitas vezes sem preocupação com sua regeneração, enquanto a produção e o consumo são incentivados de forma acelerada (Saito, 2024). Nesse sentido, como falar em sustentabilidade no contexto do modo de produção capitalista, onde a ampliação acelerada e ininterrupta de produção de mercadorias é seu motor?

Ademais, embora grandes corporações adotem discursos sobre sustentabilidade, como acontece no Setor Noroeste do Distrito Federal, muitas dessas iniciativas são superficiais, servindo mais como estratégias de *marketing* do que como ações reais para reduzir impactos ambientais. A sustentabilidade, como apresentada na atualidade, esbarra na lógica do mercado, pois medidas que reduzem a degradação podem significar custos mais altos e menor competitividade econômica. Sobre isso, Wanderley (2018) traz a reflexão da inserção dependente da América Latina no cenário internacional, compreendendo-a como região exportadora de matéria-prima na divisão internacional do trabalho e *locus* de investimentos geradores de grandes impactos ambientais.

Nesta perspectiva, Santos (1999) discorre sobre esta problemática ao dizer que até mesmo os pequenos lugares desempenham um papel essencial na manutenção do poder das grandes empresas. Essas corporações operam de maneira pragmática e individualista, buscando apenas benefícios imediatos e estratégicos. O “poder cego” (Santos, 1999) não se preocupa com o impacto social ou ambiental das suas atividades, mas com os resultados econômicos. Assim, as empresas exploram determinados locais

enquanto oferecem vantagens, como incentivos fiscais, infraestrutura ou um mercado consumidor favorável, mas rapidamente os abandonam quando esses benefícios deixam de existir.

O que se pretende colocar é que, ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, “a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva” (Acsegrad, 1999, p. 80). Essa perspectiva nos leva a refletir sobre os mecanismos de validação e contestação de práticas e atores sociais.

1.3. A problemática dos resíduos sólidos no bairro Noroeste

No contexto deste artigo, o Setor Noroeste exemplifica essa contradição. No discurso político, o bairro foi projetado para ser um modelo de “sustentabilidade”, com certificações ambientais, áreas verdes e tecnologias para reduzir impactos ecológicos (Jornal de Brasília, 2023). Para minimizar perturbações, o empreendimento foi planejado com a integração de tecnologias avançadas, incluindo o aproveitamento eficiente da energia solar e a captação de águas pluviais para irrigar os jardins do Parque Burle Marx, que compreende toda a extensão do bairro (Brasil e Desenvolvimento, 2011).

No que se refere à gestão de resíduos sólidos, o planejamento do Noroeste incluía um sistema moderno de coleta por sucção a vácuo, dispensando o uso de caminhões de lixo e evitando o acúmulo de resíduos nas ruas (TV Brasil, 2023). No entanto, desde o início das obras em 2009, diversas propostas não foram concretizadas, sendo a coleta de lixo um dos desafios mais evidentes na localidade.

Na realidade, as primeiras quadras construídas do Noroeste utilizam o sistema de papa-lixos, que são estruturas subterrâneas destinadas ao armazenamento temporário de resíduos sólidos. Essas lixeiras possuem acesso restrito por fechaduras, com o objetivo de evitar vandalismo e facilitar a coleta organizada. Cada contêiner tem a capacidade de armazenamento de três mil litros de resíduos.

De acordo com o Governo do Distrito Federal (GDF), o contêiner de polietileno que recebe os resíduos fica enterrado, envolto por uma cuba de concreto pré-moldada, de vida útil estimada em 25 anos. As tampas devem ser de fácil manuseio para o depósito do que, posteriormente, é recolhido pela equipe de coleta do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) (Agência Brasília, 2023). As demais quadras residenciais, onde não foram instalados os papa-lixos, dispõem de contentores móveis simples, feitos de metal ou plástico, que ficam alocados ao longo das vias.

Entretanto, a realidade local revela dificuldades, como a ação de catadores irregulares (que não possuem autorização) que, na tentativa de acessar os resíduos para obter materiais recicláveis, utilizam ferramentas improvisadas para arrombar os dispositivos. Essa prática tem gerado consequências como odores desagradáveis, acúmulo de sujeira nas áreas públicas e poluição visual, conforme relatado por moradores da comunidade (Jornal de Brasília, 2023).

O descarte incorreto dos resíduos dificulta a coleta e o transporte, o que proporciona um ambiente ideal para vetores transmissores de doenças, como roedores, baratas, moscas, mosquitos e outros insetos (Gomes, 2022). Dessa forma, a médio e longo prazo, pode ocorrer a deterioração da saúde pública. Além disso, o lixo acumulado de maneira irregular pode entupir bueiros e canais de drenagem, causando enchentes e prejuízos à infraestrutura não só do bairro, mas de toda a cidade. De acordo com o GDF, de janeiro a agosto de 2023, foram gastos 36 milhões de reais para recolher aproximadamente 400 mil toneladas de resíduos descartados em ruas, parques e terrenos baldios de Brasília (Agência Brasília, 2023). O descarte, que também inclui o armazenamento inadequado de lixo, é a maior causa de alagamentos na capital (Agência Brasília, 2024).

Na prática, o sistema de coleta do Noroeste não apresenta nenhum diferencial ecológico e segue o andamento convencional de outros locais da cidade, como Asa Sul, Sudoeste, Guará II e Sol Nascente, por exemplo (SLU, 2025). Em termos de logística do sistema de coleta local, o trajeto do que é descartado passa pelo acondicionamento, coleta, transporte e processo de tratamento, que pode se dar por meio da transformação, processamento e recuperação dos resíduos até a disposição final. O resíduo coletado no local é encaminhado para a usina da Asa Norte (estação de transbordo) e os resíduos orgânicos e não recicláveis têm como destinação final o aterro sanitário da Estrutural (Costa, Lima e Picoli, 2013).

Em consonância com o pensamento de Santos (1999), pode-se inferir que as grandes empresas imobiliárias e setores econômicos investiram na ideia de um bairro sustentável devido à vantagem comercial. Todavia, na prática, a manutenção desses ideais foi afastada, como defende Souza (2009). O poder econômico age cego para as consequências locais, valorizando sobretudo o retorno financeiro veloz e abandonando compromissos ambientais e sociais quando eles deixam de ser lucrativos.

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada é fundamental para destacar a necessidade de elaborar propostas baseadas na vivência diária dos moradores dessas áreas. Apesar dos desafios relacionados ao descarte de resíduos sólidos, é possível superar essas questões por meio de estratégias inovadoras, como o movimento *Lixo Zero*, a partir de abordagens diferenciadas, como o *planejamento urbano possível* (Costa, 2021).

2. O movimento Lixo Zero e sua aplicação

2.1. O que é o movimento Lixo Zero?

O surgimento do lixo, como o compreendemos hoje, está diretamente ligado aos processos de industrialização e urbanização. Para Sabatini (2021), vivemos uma lógica de consumo marcada pelo descarte: os produtos são fabricados com vida útil reduzida, incentivando a substituição constante e gerando resíduos de forma contínua. Esse padrão se reflete nos espaços urbanos e em diversas escalas do cotidiano. Nesta perspectiva, “o ‘lixo’ é o rejeito, aquilo que não possui mais viabilidade técnica e econômica de ser aproveitado” (Sabatini, 2021, p. 30).

Ainda de acordo com Sabatini (2021), o descarte infrene de resíduos evidencia a ausência de responsabilidade dos geradores. Práticas como aterramento e incineração, ainda que tecnológicas, mantêm a lógica de eliminação do lixo, resultando em impactos ambientais e econômicos. Segundo dados do SLU (2024), foram pagos R\$24.202.578,82 para as operações do Aterro Sanitário de Brasília (ASB). Tais danos, no entanto, são evitáveis com a adoção de um novo modelo de gestão.

“Desde os anos 1970, o conceito de Lixo Zero se propaga como uma filosofia em que a sociedade moderna se responsabiliza por estabelecer novas bases do ciclo de vida dos resíduos sólidos urbanos” (Souza et al., 2016, p. 380). O conceito, porém, foi definido pela Zero Waste International Alliance (ZWIA), o movimento internacional de organizações que desenvolvem os princípios Lixo Zero no mundo, apenas em 2009.

De acordo com a ZWIA, o movimento caracteriza-se como uma meta que alia princípios éticos, econômicos, eficientes e inovadores, com o propósito de incentivar a transformação dos hábitos e práticas sociais. O objetivo central é replicar os ciclos naturais, de modo que todos os materiais descartados sejam reaproveitados como recursos em novos processos produtivos.

Esse modelo pressupõe a reformulação dos produtos, sistemas e técnicas, visando minimizar a geração de resíduos, reduzir a toxicidade dos materiais empregados e promover a conservação e recuperação dos recursos, sem recorrer à incineração ou ao descarte em aterros sanitários (Sabatini, 2021).

A definição mais atualizada da ZWIA, divulgada em 2018, reforça esse conceito ao destacar que o Lixo Zero implica a conservação integral dos recursos por meio da produção, consumo, reutilização e recuperação responsáveis de produtos, embalagens e materiais. Além disso, enfatiza a necessidade de evitar processos que envolvam queima ou descartes que possam comprometer a qualidade do solo, da água e do ar, prevenindo, assim, impactos ambientais e danos à saúde humana.

No que se refere à terminologia, observa-se que o termo Zero Waste, em inglês, pode abranger tanto o movimento Lixo Zero quanto a ideia de “desperdício zero” em um sentido mais amplo. Dessa forma, sua interpretação pode extrapolar a questão dos resíduos sólidos, abrangendo também a eliminação do desperdício de recursos, tempo, dinheiro e energia (Sabatini, 2021).

De acordo com Sabatini (2021), a estratégia conhecida como Hierarquia Lixo Zero estabelece uma ordem de prioridades para a gestão dos resíduos, composta pelas seguintes etapas: 1) recusar e repensar; 2) reduzir e reutilizar; 3) preparar para o reuso; 4) promover a reciclagem, compostagem e digestão anaeróbica; 5) recuperar materiais; e 6) gerir adequadamente os rejeitos. Para que estas etapas sejam concluídas, o movimento depende de alguns esforços que serão analisados a seguir.

2.2. A aplicação do projeto Lixo Zero

A implementação do modelo Lixo Zero requer um conjunto de critérios fundamentais que asseguram sua viabilidade e sucesso dentro de uma comunidade. Estes critérios envolvem o estabelecimento de metas claras, a comunicação eficaz, a participação popular e a infraestrutura adequada para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Primeiramente, é essencial a criação e regulamentação de metas para reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, atitude indispensável para garantir a efetividade do modelo. A legislação deve ser elaborada de forma a estimular práticas ecológicas e penalizar condutas inadequadas no gerenciamento dos resíduos.

Para que essa transição do modelo ocorra de forma eficiente, é necessário também que haja uma comunicação clara e acessível a toda a população. Isso inclui campanhas educativas, materiais informativos e a utilização de diversos canais de comunicação para garantir que os cidadãos compreendam o funcionamento do programa e sua importância na redução de resíduos.

Para mais, a adesão da população ao modelo depende da sua participação ativa. Isso pode ser fomentado por meio de iniciativas comunitárias, campanhas de conscientização e incentivo ao engajamento das famílias, empresas e associações na separação e destinação correta dos materiais. Neste sentido, a responsabilidade é atribuída ao cidadão no processo de separação e destinação dos resíduos.

De maneira mais desafiadora, a transição para o modelo Lixo Zero pressupõe o fim da coleta convencional de resíduos urbanos, o que exige um planejamento detalhado e a adaptação da infraestrutura existente para suportar a nova metodologia. Essa mudança deve ser acompanhada por um plano de transição gradual e medidas para evitar impactos negativos na gestão dos resíduos.

Destarte, a valorização do trabalho das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis é um pilar essencial do Lixo Zero. A formalização de contratos entre o poder público e essas organizações possibilita a destinação adequada dos resíduos recicláveis, promovendo a inclusão socioeconômica e fortalecendo a economia circular (European Parliament, 2023).

Por fim, entende-se que a implementação deste modelo pode enfrentar desafios e momentos de descontinuidade. No entanto, essas dificuldades não devem ser vistas como fracassos absolutos, mas como oportunidades para aprendizado e aprimoramento das estratégias. A avaliação constante dos resultados permite ajustes e melhorias contínuas no processo. À vista disso, a implementação do projeto Lixo Zero demanda um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e setor privado, sendo necessária uma abordagem sistêmica para que a gestão de resíduos urbanos seja transformada de maneira eficiente e duradoura.

No contexto internacional, o professor Connett (2012) menciona a experiência da Nova Escócia, no Canadá, como um caso exemplar da aplicação do projeto Lixo Zero. No âmbito do planejamento urbano possível, uma proposta voltada para o sujeito ativo na vida cotidiana (Costa, 2021), abordagem que será melhor trabalhada no próximo item deste artigo, o caso canadense se destaca devido ao envolvimento da população.

Diante da oposição da comunidade à ampliação de um aterro sanitário em funcionamento e à instalação de um incinerador, o governo de Nova Escócia decidiu abrir espaço para a participação popular na busca por soluções alternativas. Como resultado, foi desenvolvido um novo modelo de gestão de resíduos (Connett, Ercolini e Lo Sciuto, 2012). Um dos aspectos mais inovadores desse processo foi a introdução da expressão “resíduo-recurso” na legislação, refletindo uma mudança significativa na percepção dos habitantes, que passaram a encarar os resíduos como materiais de valor.

No panorama brasileiro, a cidade de Florianópolis (Santa Catarina), localizada na região sul do país, é referência nacional na temática. O movimento Lixo Zero ganhou força na cidade em 2010, impulsionado pela realização da 7ª Conferência Internacional Lixo Zero, a primeira na América Latina. Esse evento marcou a criação do Instituto Lixo Zero Brasil e do Grupo Interinstitucional para Gestão de Resíduos Sólidos.

Em 2018, com a publicação do decreto 18.646/2018, foi oficializado o Programa Florianópolis Capital Lixo Zero, estabelecendo metas para a redução de resíduos destinados ao aterro sanitário. O compromisso prevê atingir, até 2030, um desvio de 60% dos materiais recicláveis secos e de 90% dos resíduos orgânicos (Sabatini, 2021).

De maneira incipiente, o Distrito Federal também busca se adequar ao movimento. O SLU desenvolve iniciativas para incentivar os moradores da capital a encaminhar corretamente seus resíduos recicláveis e orgânicos. Entre essas ações, destaca-se o Programa Quadra Lixo Zero, voltado à conscientização sobre a destinação adequada dos materiais (Correio Braziliense, 2024). Neste programa, foram instalados seis pontos de coleta na entrequadra 404/405 da Asa Sul. Quatro deles são exclusivos para materiais recicláveis, enquanto os outros dois recebem rejeitos. A coleta desses resíduos é realizada diariamente pelo SLU, enquanto os resíduos orgânicos são recolhidos por empresas de compostagem contratadas pelos comerciantes locais (Correio Braziliense, 2024).

Assim, como foi demonstrado que existe a implementação do movimento Lixo Zero em Brasília, o estudo sobre essa possibilidade no Setor Noroeste torna-se trivial. De maneira lógica, espera-se que um

bairro “sustentável” tenha, no mínimo, uma gestão de resíduos de acordo. Por isso, o item seguinte deste artigo é destinado a analisar a aplicabilidade do Lixo Zero a partir da realidade local e da interpretação dos sujeitos no cotidiano.

3. *Planejamento urbano possível* e usos do território: perspectiva no Noroeste

3.1. A força do mercado imobiliário e a tríade operativa para o planejamento urbano possível

A implementação do projeto do Setor Noroeste escancara a relação desigual entre o Estado e o mercado imobiliário na condução do planejamento urbano em Brasília; e revela como interesses econômicos têm moldado a cidade de forma segregadora. De acordo com Freitas (2016), a partir do grande projeto do Plano Piloto, “estruturou-se um espaço urbano segregador, que contou com a forte atuação do Estado na gestão do território como proprietário da terra e agente especulativo” (p. 133). Todavia, “dadas às pressões do mercado imobiliário que ganhou força, alguns ajustes foram feitos, de modo que os agentes desse mercado hoje influenciam fortemente a tomada de decisão acerca da gestão do território, conduzindo à materialização de determinados projetos” (Freitas, 2016, p. 133).

Na perspectiva de Costa (2021), Brasília “reproduz um híbrido urbano cujo conteúdo multiescalar é composto pela tríade modernidade, modernismo e modernização; tríade típica das cidades latino-americanas” (p. 99). A modernização, neste sentido, é a “concepção técnica do desenvolvimento consubstanciada na cidade asséptica e racionalidade do Estado demiúrgico da sociedade” (Costa, 2021, p. 99). Para o autor, “a construção de Brasília exemplifica a predição dialética do imaginário, pois coexistem a racionalidade do planejamento e a resistência popular à segregação violenta” (Costa, 2021, p. 99).

Diante do exposto, é importante compreender que no contexto da política urbana do Distrito Federal, Ferreira e Steinberger (2005) apontam a existência de duas fases distintas na forma como o território tem sido gerido. A primeira fase foi dominada por uma lógica de forte controle estatal, com regras rigorosas sobre o uso da terra, refletindo o domínio quase exclusivo do Estado sobre o território. Posteriormente, esse cenário mudou com a intensificação da influência do setor imobiliário, dando início a uma etapa marcada pela flexibilização dessas normas, em resposta às demandas do mercado, o que configurou um processo de crescente privatização do espaço urbano. O exemplo emblemático, como sugere Freitas (2016), é a implementação do Setor Noroeste, uma área que foi especulada pela ação do poder público e hoje é colocada à disposição do mercado imobiliário.

Portanto, como já mencionado, o projeto do bairro em análise, enquanto grande empreendimento, evidencia o conflito entre o uso do território como abrigo e como recurso, conforme aponta Santos (2001). De um lado, grupos como os carroceiros e indígenas utilizavam aquele espaço como moradia e forma de sustento; de outro, o setor imobiliário passou a enxergá-lo como oportunidade de lucro, promovendo o parcelamento da terra para a construção de imóveis voltados às camadas mais ricas da população. Esse processo, conduzido com forte participação do Estado, escancara a força do capital na política urbana, com destaque para a atuação do Executivo local e da Terracap, empresa pública do Distrito Federal profundamente influenciada pelos interesses do mercado imobiliário (Freitas, 2016).

Em contraste, uma outra forma de planejar a cidade se apresenta: o *planejamento urbano possível*, que coloca no centro o sujeito ativo da vida cotidiana, aquele que vive, trabalha e transforma o território com base nas suas necessidades reais. Essa proposta valoriza a construção de uma cidade democrática, onde a experiência e a imaginação dos moradores guiam as decisões sobre o uso do espaço (Costa, 2021), rompendo com a lógica excludente imposta por grandes projetos e abrindo caminho para apropriações mais plurais do território urbano. É a partir desta proposta que a implementação do movimento Lixo Zero poderá ser idealizada no bairro.

De maneira abreviada, o *planejamento urbano possível* sustenta a tríade imaginário, existência e cultura como bases para a construção de um território sensível à realidade dos sujeitos que habitam. Sendo assim, o imaginário trata-se de construções simbólicas que moldam a forma como as pessoas percebem e vivem o espaço urbano. Este imaginário tem um papel ativo na produção da realidade social, pois influencia desejos, medos, resistências e identidades. No planejamento urbano, considerar o imaginário é reconhecer que as cidades não são feitas apenas de concreto e normas técnicas, mas também de sonhos, memórias e significados atribuídos pelos habitantes (Costa, 2021).

Por sua vez, inspirada no existencialismo de Sartre, a existência refere-se ao sujeito como ser situado, concreto, que vive, trabalha, sofre, ama e resiste no espaço urbano (Costa, 2021). A existência precede a essência, ou seja, é na prática da vida cotidiana que o sujeito se realiza e se define. O

planejamento urbano, portanto, não pode ser indiferente às experiências reais das pessoas, ao contrário, deve partir da vida como ela é vivida, em seus conflitos e potências.

Por fim, a cultura é vista como um conjunto de valores morais, intelectuais, estéticos e materiais que dão sentido à vida em sociedade. A cultura expressa formas de resistência, apropriação do espaço e modos de vida que muitas vezes escapam aos planejamentos tradicionais. Incorporar a cultura ao planejamento significa dar voz às práticas populares, às tradições locais e às formas alternativas de organizar o território (Costa, 2021).

Apesar dessa tríade lançar o foco, sobretudo, em grupos marginalizados (que não é o caso em análise), o pensamento do *planejamento urbano possível* deve ser compreendido neste trabalho no sentido mais amplo, enquanto projeto integrador do sujeito. Isto é, por meio da assimilação do Estado e do planejamento às demandas de determinada comunidade. No Noroeste, a demanda por uma melhor gestão dos resíduos sólidos urbanos. À vista disso, o próximo item do trabalho irá analisar como a população compreende o problema e se há possibilidade de mobilização para pôr em prática uma nova forma de produção, armazenamento e destinação do “lixo”.

3.2. Possibilidades de aplicação do Lixo Zero no Noroeste frente aos usos do território

A partir das avaliações e percepções sobre o problema dos resíduos sólidos, os dados revelam um cenário de insatisfação com as soluções atualmente em vigor, mas também de grande potencial de engajamento da comunidade. A maioria dos moradores (94,7%) acredita que a produção, o armazenamento e/ou transporte de resíduos sólidos é um dos principais problemas do bairro. Essa percepção negativa é reforçada quando se analisa a avaliação do modelo de armazenamento: 65,5% dos respondentes classificam o modelo como ruim, apontando que os pontos de descarte são mal distribuídos ou inadequados. Outros 31% o consideram apenas razoável, pois apesar de atender parcialmente às necessidades, ainda apresenta falhas pontuais. Somente uma parcela pequena (2,7%) acredita que o bairro conta com organização, limpeza e pontos de descarte bem localizados.

Dentro das residências, a consciência ambiental parece mais presente. Uma expressiva maioria de 97,3% dos moradores afirma realizar algum tipo de separação do lixo. Desse total, 63,7% se limitam à separação básica entre recicláveis e orgânicos, enquanto 33,6% fazem uma separação mais criteriosa, por tipo de material.

Essa prática doméstica, porém, não é acompanhada por uma boa comunicação institucional: 85,8% dos entrevistados não têm conhecimento preciso sobre os dias e horários da coleta seletiva em suas quadras ou ruas. Dentro desse grupo, 38,1% não possuem qualquer informação sobre o funcionamento do serviço. A eficiência da coleta seletiva também é motivo de preocupação: apenas 3,5% consideram o serviço “muito eficiente”. A maior parte dos moradores faz uma avaliação negativa: 67,3% o consideram pouco eficiente, 12,4% o julgam totalmente ineficiente e 16,8% não têm uma opinião formada sobre o tema.

Quanto à participação em ações comunitárias de gestão de resíduos, como mutirões de limpeza, oficinas de reaproveitamento ou compostagem, a mobilização ainda é tímida, apesar de haver entusiasmo. Quase metade dos moradores (48,7%) nunca participou, mas tem interesse; 20,3% já participaram ou participam com frequência. Por outro lado, 31% nunca participou e não tem interesse em se envolver com essas atividades.

Quando o foco se volta para os próprios condomínios e prédios do bairro, 67,3% dos moradores consideram que a estrutura oferecida para separação e descarte de resíduos é apenas parcialmente adequada. Já 17,7% afirmam que essa estrutura é inadequada e somente 8,8% acreditam que seus edifícios oferecem uma estrutura plenamente adequada para a separação correta dos resíduos.

O acesso à informação também é um obstáculo importante. Para 46,9% dos moradores, não há informações claras e acessíveis sobre a coleta seletiva e o descarte correto de resíduos. Outros 45,1% reconhecem que existem algumas informações, mas que são limitadas e insuficientes. Apenas 6,2% acreditam que a comunicação sobre o tema no bairro é suficiente e eficiente.

Quanto à participação em ações coletivas relacionadas ao lixo, como programas de reciclagem comunitária ou campanhas educativas, 47,8% dos entrevistados disseram não participar, mas demonstram interesse. Outros 28,4% participam de forma regular ou esporádica, enquanto 23,9% não participam nem têm intenção de participar.

Quando perguntados se estariam dispostos a contribuir com mudanças para melhorar a gestão de resíduos, 51,3% afirmam que estão dispostos a mudar seus hábitos. Outros 45,1% se mostram ainda mais

engajados, declarando que mudariam hábitos e também estariam dispostos a contribuir financeiramente. Apenas 2,7% não demonstraram qualquer disposição para alterar comportamentos ou contribuir com recursos.

Por conseguinte, quando apresentados à possibilidade de substituir a coleta convencional por um sistema mais seletivo, como o Movimento Lixo Zero, 79,7% dos moradores se mostraram animados e acreditam que a mudança é possível. Outros 19,5% consideram a proposta difícil de implementar, principalmente por falta de estrutura e hábito. Apenas 0,9% declarou não concordar com a substituição. Esses dados revelam um bairro com alto potencial de transformação, desde que haja mais informação, infraestrutura e incentivo coletivo.

Por fim, sobre os meios usados para se manter informados sobre o que acontece no bairro, os moradores priorizam canais digitais e informais. A maioria (68,1%) se informa por meio de grupos de WhatsApp. As redes sociais de associações e condomínios são usadas por 26,5% dos moradores, e apenas 3,5% prestam atenção em placas e cartazes informativos colocados em áreas comuns.

3.3. Estratégias de aplicação do movimento Lixo Zero e o território usado

Considerando a realidade supracitada, é possível traçar seis estratégias para a aplicação do movimento Lixo Zero no Setor Noroeste de Brasília.

Primeiramente, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Global do Banco Mundial (ONU, 2017), a conscientização da população sobre a responsabilidade compartilhada é um pilar fundamental para que qualquer política pública seja eficaz e duradoura. Nesse sentido, a comunicação com a comunidade deve ir além da simples divulgação de informações, ou seja, é preciso promover um diálogo acessível, contínuo e participativo, que envolva as pessoas no entendimento do seu papel na “cadeia do lixo”, desde a separação adequada dos materiais até a destinação final. Campanhas educativas, oficinas, rodas de conversa e ações em espaços públicos são estratégias essenciais para construir uma cultura de corresponsabilidade, em que cada morador compreenda que o bem-estar do bairro não depende apenas do governo, mas também das atitudes cotidianas de todos, como sugere Sabatini (2021). A ausência da comunicação efetiva, identificada pela população, contribui para a manutenção de práticas nocivas, como o descarte irregular e a indiferença diante dos impactos ambientais.

Para mais, é importante a implementação da coleta seletiva porta a porta de forma diferenciada. É substancial reconhecer tanto a relevância da separação correta dos resíduos quanto às dificuldades que os moradores podem enfrentar ao identificar a destinação adequada de cada tipo de material. Por isso, torna-se essencial investir em estratégias de comunicação claras e acessíveis. A coleta precisa ser estruturada com categorias bem definidas, incluindo resíduos orgânicos, vidro, plástico, metal, papel e rejeitos (indiferenciados). Essa divisão deve ocorrer dentro dos próprios edifícios, com a aquisição de recipientes identificados.

Na sequência, é necessário integrar esse sistema de coleta domiciliar a pontos fixos de recebimento, conhecidos como estações ou “ilhas” ecológicas. Esses locais são importantes porque facilitam o descarte próximo à origem e também permitem práticas como o reuso e a recuperação de materiais. No contexto brasileiro, essas estruturas correspondem aos Locais de Entrega Voluntária (LEVs) e aos Ecopontos. No caso do Noroeste, os LEVs (imagem) estão localizados em apenas cinco das dez quadras. Os papa-recicláveis (LEVs) são contêineres de superfície destinados à coleta de resíduos sólidos urbanos recicláveis (papel, plástico, papelão, metal, isopor). A ampliação desses pontos no bairro contribui para a concretização do movimento Lixo Zero.

Por conseguinte, outro elemento da proposta é o tratamento da fração orgânica por meio da compostagem. Essa prática pode ser adotada em diferentes escalas, simultaneamente. Para a realidade em questão, a solução mais prática seria a compostagem comunitária, envolvendo a participação conjunta de conjuntos de prédios dentro de cada quadra. A alternativa requer pouco espaço e pode ser implementada em áreas comuns ou parques urbanos (Sabatini, 2021). No caso de Brasília, o SLU disponibiliza um projeto arquitetônico de modelo de composteira doméstica para os condomínios utilizarem como referência para o tratamento correto de resíduos orgânicos, o que reduz a destinação desses resíduos para o aterro sanitário.

A quinta estratégia é a gestão dos resíduos por meio do combate ao desperdício alimentar. A proposta é criar uma rede integrada para escoar produtos que estejam próximos da validade ou com pequenas imperfeições estéticas, mas ainda perfeitamente adequados ao consumo, nos mercados, hortifrutis e padarias do bairro. A ideia é que os estabelecimentos identifiquem diariamente esses produtos

e os ofereçam por valores significativamente abaixo da média. Os itens podem ser expostos em um balcão específico e sinalizado dentro das lojas. Esta estratégia visa a redução do descarte, ao mesmo tempo em que oferece vantagens econômicas para os consumidores.

Por fim, os moradores do Noroeste, por meio da associação de moradores, já demonstraram capacidade de articulação das demandas com agentes do poder público. Em Por isso, é preciso ampliar o diálogo direto com este poder a fim de cobrar coerência entre o discurso e a prática: se o bairro está sendo promovido como “sustentável”, é fundamental que ele se torne, pelo menos, uma referência nacional em gestão de resíduos sólidos. Isso implica a implementação efetiva de políticas de coleta seletiva, reciclagem, e educação ambiental, indo além da estética imobiliária e do *marketing* institucional. O espaço precisa enfrentar de maneira concreta os desafios ambientais e sociais relacionados ao lixo, tornando-se exemplo para outras regiões do país.

Diante do exposto, fica evidente que a eficácia de qualquer uma das alternativas propostas depende diretamente da mobilização da população em conjunto com o poder público. A participação ativa dos moradores é fundamental para garantir o correto descarte, o uso adequado das estruturas instaladas e o sucesso das ações de reaproveitamento e redução de resíduos. No entanto, essa mobilização só se torna possível quando há uma atuação articulada do Estado, que deve investir em infraestrutura, campanhas de conscientização e canais de diálogo permanentes com a comunidade. Assim, cria-se um ambiente propício à corresponsabilidade, onde o cuidado com os resíduos passa a ser visto como uma tarefa coletiva, capaz de gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos para todos os envolvidos. Para Sabatini (2021), “o problema é planetário, mas as pessoas se percebem agentes na solução a partir de seu contexto local” (p. 64).

Conclusão

A partir deste estudo, foi possível identificar a problemática decorrente do uso indiscriminado e impreciso do conceito de sustentabilidade, frequentemente empregado de forma genérica e descontextualizada. Constatou-se que tal categoria tem sido amplamente apropriada como instrumento de *marketing*, tanto por agentes estatais quanto por empresas do setor imobiliário, servindo mais como uma estratégia retórica voltada à legitimação de projetos e empreendimentos, do que como um compromisso efetivo com práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas. Essa apropriação discursiva esvazia o conceito de seu potencial crítico e transformador, convertendo-o em um recurso simbólico que visa atender a interesses econômicos e políticos.

Incorporar o olhar da Geografia no planejamento urbano é, portanto, uma necessidade urgente. Ao considerar o território como produção social e histórica, essa perspectiva permite identificar não apenas carências estruturais, mas também potências culturais e afetivas que podem e devem ser integradas às políticas urbanas. É nesse sentido que se torna possível propor uma tríade operativa para um novo paradigma de planejamento: imaginário, existência e cultura. O imaginário como força criadora e organizadora de sentidos; a existência como reconhecimento da diversidade dos modos de habitar; e a cultura como expressão viva dos sujeitos urbanos.

Planejar com base nessa tríade é romper com a lógica de dominação do planejamento tradicional. Isto é, permitir que as cidades sejam projetadas não apenas para as pessoas, mas com elas, considerando seus desejos, capacidades e modos de vida. No caso do Distrito Federal, esse deslocamento teórico e prático é essencial para superar o enclave racionalista que moldou sua criação, o que permite abrir o espaço para uma cidade mais plural às complexidades humanas e ambientais.

Nesta lógica, o movimento Lixo Zero configura-se como uma proposta que estabelece diálogo direto com os princípios do *planejamento urbano possível*, ao reconhecer o cidadão como agente central. Ao estimular a participação ativa da população na gestão dos resíduos sólidos, o movimento valoriza práticas cotidianas que impactam diretamente a organização e a qualidade dos espaços urbanos. Trata-se, pois, de uma abordagem que integra o engajamento comunitário às estratégias de planejamento urbano.

No contexto específico do bairro Noroeste, o impasse relacionado à gestão inadequada dos resíduos sólidos se apresenta como uma das principais questões urbanas enfrentadas pela comunidade local. As reclamações recorrentes quanto ao acúmulo de lixo tornaram-se pautas recorrentes nos debates públicos e nas demandas encaminhadas pelos moradores. Tal cenário revela não apenas um desafio urbano concreto, mas também uma crescente inquietação social em torno da preservação da qualidade de vida na região.

Diante desse cenário, o presente artigo investigou se as constantes manifestações da população acerca da questão do lixo no Noroeste representavam, de fato, uma capacidade de ação concreta para a implementação dos princípios do Lixo Zero no bairro. A pesquisa, composta por entrevistas, observações e análise documental, permitiu concluir que há, sim, um nível significativo de conscientização por parte dos moradores em relação à gravidade do problema. Mais do que isso, identificou-se uma disposição coletiva para construir soluções, articular iniciativas e pressionar o poder público por ações efetivas. Esse engajamento sinaliza um potencial importante para a consolidação das práticas propostas.

Por fim, diante da constatação de que a comunidade local demonstra elevado grau de interesse por mudanças e significativa capacidade de mobilização social, o estudo propôs alternativas viáveis para a implementação dos princípios do movimento Lixo Zero no bairro. As sugestões apresentadas visam mudar práticas no cotidiano da população, promover a educação ambiental e fomentar parcerias entre moradores, poder público e setor privado. O artigo, elaborado de forma abrangente, sugere que a base empírica incentive o aprofundamento das discussões, bem como a produção de pesquisas futuras voltadas à construção de soluções mais detalhadas, técnicas e aplicáveis à realidade local.

Referências

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 1, n. 1, p. 79–90, 1999. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Por trás da coleta do lixo: veja as principais ações e desafios no Noroeste. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/w/por-tras-da-coleta-do-lixo-veja-as-principais-acoes-e-desafios-no-noroeste/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Descarte inadequado de lixo é a maior causa de alagamentos. Brasília, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://www.sl.df.gov.br/descarte-inadequado-de-lixo-e-a-maior-cao-de-alagamentos/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Descarte irregular de lixo dá R\$ 36 milhões de prejuízo aos cofres públicos. Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://www.sl.df.gov.br/descarte-irregular-de-lixo-da-r-36-milhoes-de-prejuizo-aos-cofres-publicos/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL E DESENVOLVIMENTO. Para entender a questão do Santuário dos Pajés e Setor Noroeste em Brasília. 2011. Disponível em: <https://brasile desenvolvimento.wordpress.com/2011/10/13/para-entender-a-questao-do-santuário-dos-pajes-e-setor-noroeste-em-brasilia/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CIRCULAR ECONOMY. Definition, importance and benefits. *European Parliament*, 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/en/article/20151201STO05603/circular-economy-definition-importance-and-benefits>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CODEPLAN. Noroeste. 2021. 2021. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Noroeste-2021.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CONNETT, Paul; ERCOLINI, Rossano; LO SCIUTO, Patrizia. *Rifiuti zero: una rivoluzione in corso*. Firenze: Dissensi Edizioni, 2012.

CORREIO BRAZILIENSE. Movimento Lixo Zero atrai cada vez mais brasilienses. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/07/6893245-movimento-lixo-zero-atrai-cada-vez-mais-brasilienses.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

COUTINHO, Luciano. O Pacto Global da ONU e o papel das empresas. *Revista do BNDES*, v. 56, 2021. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22029/1/13-BNDES-Revista56-PactoGlobalONU.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

COSTA, Everaldo Batista da. Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, v. 33, n. 1, p. 91–120, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>. Acesso em: 20 jan. 2025.

COSTA, Leandro Floriano; LIMA JUNIOR, Moacir dos Santos; PICOLI, Rosângela Laura. Gerenciamento de resíduos sólidos: uma análise sobre a demanda do Setor Habitacional Noroeste. In: *CONGRESSO IBEAS DE ESTUDOS AMBIENTAIS*, 2013, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: IBEAS, 2013. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/III-040.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; STEINBERGER, Marília. O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. *Cadernos Metrópole*, v. 14, p. 67–83, 2005.

FREITAS, [nome do autor completo]. O uso do território no Noroeste. 2016. [Texto na pasta de textos-base].

GOMES, Ana Olívia de Souza; BELÉM, Moema Oliveira. O lixo como um fator de risco à saúde pública na cidade de Fortaleza, Ceará. *Sanare*, v. 21, n. 1, p. 21–28, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasil.html>. Acesso em: 3 mar. 2025.

JORNAL DE BRASÍLIA. Por trás da coleta do lixo: veja as principais ações e desafios no Noroeste. 2023. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/por-tras-da-coleta-do-lixo-veja-as-principais-acoes-e-desafios-no-noroeste>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Banco Mundial: políticas públicas com participação cidadã têm mais chance de sucesso. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/75663-banco-mundial-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-com-participa%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-t%C3%AAm-mais-chance-de-sucesso>. Acesso em: 15 maio 2025.

SAITO, Kohei. *O capital no Antropoceno*. São Paulo: Boitempo, 2024. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/o-capital-no-antropoceno-153059>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SABATINI, Rodrigo. *Cidades Lixo Zero*. Florianópolis: Instituto Lixo Zero Brasil, 2021.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n. 270, 24 jan. 2001.

SCARLATO, Francisco Capuano; COSTA, Everaldo Batista da. A natureza do urbano. *Confin*, n. 30, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/11676>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SEGOV – SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Administrações Regionais. 2025. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DF – SLU. Custo da operação do aterro sanitário de Brasília. 2024. Disponível em:

<https://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/RELATORIO-DE-ATIVIDADES-SLU-2024.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SLU. Mapa de papa-lixos. 2025. Disponível em: <https://sigportal.slu.df.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=3e0814f4d12c4fde8e1eb4956bd977c>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo. *Cronos*, v. 10, n. 2, p. 101–117, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SOUZA, Marcelo Alves de; FUSS, Maryegli; VARELLA, Cinthia Versiani; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Lixo Zero: por uma rota tecnológica alinhada às diretrizes da política nacional de resíduos sólidos. In: *IPEA*. 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores_cap_18.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

TV BRASIL. A experiência do lixo zero no Noroeste. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UZ4KWc-q3eE>. Acesso em: 20 jan. 2025.

WANDERLEY, [nome do autor completo]. [Título do texto]. 2018. [Texto na pasta de textos-base].